
Pesquisas sobre reforma educacional no Brasil: contribuições teórico-metodológicas a partir de teses de doutorado em Educação¹

Roberta Freire Bastos²

 <https://orcid.org/0000-0003-4497-8206>

Eliza Bartolozzi Ferreira³

 <https://orcid.org/0000-0002-4100-9875>

Resumo

Este artigo apresenta uma metapesquisa sobre reformas educacionais. Inspira-se no Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE), e os dados referem-se a teses de Doutorado em Educação (2000-2017). Foram utilizados como indicadores: quantidade de teses, ano de publicação, procedência dos autores, vínculo institucional, tematização, tipo de pesquisa e sua abrangência, contexto de análise, perspectivas epistemológicas, autores referência e conceitos principais. As análises revelam que o estudo da reforma envolve aspectos sociais, culturais e históricos, e, tradicionalmente, sua lente de análise é progressista. Todavia, em virtude da complexidade desse fenômeno, os pesquisadores adotam múltiplas matrizes epistemológicas para qualificar a investigação e a compreensão do tema.

Palavras-chave: Reforma educacional. Epistemologias. Metapesquisa.

Research on educational reform in Brazil: theoretical-methodological contributions from Doctorate dissertations in Education

Abstract

This article presents meta-research on educational reforms. It is inspired by the Education Policy Epistemology Approach (EPEA), and data refer to Doctorate dissertations in Education (2000-2017). The following indicators were used: number of dissertations, year of publication, origin of the authors, institutional affiliation, theme, type of research and its scope, context of analysis, epistemological perspectives, reference authors and main concepts. The analyzes reveal that the study of reform involves social, cultural and historical aspects and, traditionally, its analytical lens is progressive. However, due to the complexity of this phenomenon, researchers adopt multiple epistemological matrices to qualify the investigation and understanding of the topic.

Keywords: Educational reform. Epistemologies. Metasearch.

¹ Este trabalho é fruto de tese de Doutorado em Educação intitulada *Reforma educacional nas pesquisas do campo da Política Educacional no Brasil (2000-2017)* (Bastos, 2021), que contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

² Secretaria de Estado da Educação de Espírito Santo e Prefeitura Municipal de Vitória, Vitória: bastosrobertafreire@gmail.com.

³ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: eliza.bartolozzi@gmail.com.

Introdução

A finalidade deste artigo é apresentar o exercício da metapesquisa sobre o tema reformas educacionais, a partir da análise da materialidade e da textualidade de 31 teses de Doutorado em Educação sobre esse tema, concluídas no período 2000-2017. Os dados analisados, neste trabalho, decorrem de uma pesquisa de Doutorado em Educação, intitulada *Reforma educacional nas pesquisas do campo da Política Educacional no Brasil (2000-2017)*, cuja centralidade foi a investigação das perspectivas teórico-epistemológicas aplicadas no estudo da reforma educacional (Bastos, 2021). O processo investigativo teve como foco o mapeamento dos indicadores bibliométricos dessas pesquisas – com inspiração no Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE) – e a análise das epistemologias de reformas no conjunto das teses de nossa amostra.

Defendemos que não há uma perspectiva única de reforma, pois o seu significado é modificado dentro de um meio institucional em transformação constante a depender da correlação de forças em disputa na sociedade. Isso significa dizer que a reforma não é um fenômeno imediatamente disponível para inspeção ou que transmite informações em novas práticas de maneira automática ou instantânea (Popkewitz, 1997). Esse aspecto é um dos que assegura a relevância das investigações sobre esse fenômeno que afeta as sociedades e sua educação, em especial.

As origens do debate sobre a reforma remontam à Modernidade como contexto de emergência e de fortalecimento do ideário iluminista, ancorado na defesa da racionalidade, do progresso e do melhoramento social. Sob essa influência, o senso comum é interpretar a reforma como metáfora de mudança (Popkewitz, 1997). Todavia, no limiar do século XXI, a investigação desse tema demanda uma leitura mais aprofundada, diante da compreensão da reforma como uma política pública influenciada por processos de globalização econômica, cultural e política e por um ideal modernizante que exige uma nova governança dos sistemas educativos.

Sua natureza é, portanto, de regulação dos sistemas educacionais como estratégia de adaptar a educação aos dispositivos simbólicos e materiais da globalização. O estudo de Popkewitz (1997) sobre o desenvolvimento das reformas contemporâneas defende que a reforma é mais bem compreendida como parte do processo de regulação social. Nessa perspectiva, a reforma educacional, neste artigo, é interpretada como um mecanismo de

regulação social que, na forma de política, se insere na globalização das relações econômicas, sociais e culturais. Desse modo, possui um alcance internacional, pois ela responde à agenda internacional no mesmo compasso em que é integrada aos desígnios da agenda local, incorporando interpretações e traduções diversas.

Neste artigo, partimos dessa epistemologia e entendemos que a interpretação e a investigação da reforma possuem pelo menos duas vertentes: a de mudança e a de regulação social. Afirmarmos que a reforma educacional pode ser analisada a partir dessas duas epistemologias não significa que elas sejam dicotômicas. Pelo contrário, o entendimento da reforma como regulação social pode ser acompanhado – ou não – de sua associação com determinadas mudanças educacionais, o que demonstra o quanto o fenômeno da reforma é complexo e diversificado.

Diante da complexidade da reforma como política social em constante transformação, partimos do pressuposto de que as análises desse fenômeno não estão ancoradas em uma única lente investigativa. Ao contrário, há uma heterogeneidade de posicionamentos investigativos concernentes ao campo da Política Educacional no estudo do tema. Nesse sentido, a compreensão desse comportamento necessita de uma técnica investigativa que apreenda quantitativa e qualitativamente as escolhas teórico-metodológicas feitas pelos estudiosos da reforma no interior do campo da Política Educacional no Brasil. Elegemos como técnica metodológica a metapesquisa, cuja finalidade é realizar uma pesquisa sobre pesquisas e cuja inspiração foi o Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE) (Mainardes, 2021; Tello; Mainardes, 2015) no exercício da vigilância epistemológica (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 1999).

Percurso metodológico

Conforme já anunciamos, a metapesquisa foi aqui realizada com base na materialidade (indicadores bibliométricos) da produção acadêmica e a sua textualidade (o estudo das epistemologias de reforma) em 31 teses de Doutorado em Educação acerca do tema da reforma educacional, concluídas no período 2000-2017⁴. Os indicadores selecionados para

⁴ Esse período foi escolhido, pois, na fase inicial da revisão bibliográfica, realizada em fevereiro de 2018, partimos da busca por teses de Doutorado em Educação com o tema reforma educacional. Todos os resultados encontrados

compreendermos o comportamento das pesquisas sobre reformas e suas possíveis contribuições para a expansão do campo acadêmico da Política Educacional dizem respeito à especificidade desse objeto de pesquisa, pois entendemos que aspectos como data de publicação dos trabalhos, procedência institucional dos autores, tipo de pesquisa e perspectiva epistemológica dos autores são elementos fundamentais no mapeamento do tema e, por isso, devem ser articulados.

Isso posto, os aspectos analisados nas pesquisas combinam indicadores bibliométricos “clássicos” (ano de publicação do trabalho, vinculação institucional dos autores, tematização, tipo de vinculação institucional, região de localização institucional etc.) e elementos definidos no EEPE (tipo de pesquisa, abrangência da pesquisa, perspectiva epistemológica, marcos teóricos principais, temas de pesquisas sobre reformas, principais autorias).

Tendo em vista a especificidade do objeto, apontamos também o contexto em que se desenvolveu cada reforma investigada nas teses e nos artigos (exemplo: século XVIII; século XIX; década de 1980; década de 1990) e como a reforma educacional é nomeada nas teses (exemplo: reforma educacional, reforma educativa, contrarreforma). Portanto, a metapesquisa realizada se volta, também, para a especificidade do objeto com a finalidade de responder à questão central: Quais as contribuições das pesquisas sobre reformas para o campo acadêmico da Política Educacional?

No que concerne aos procedimentos de análise, percorremos os seguintes passos: seleção da amostra no Banco de Teses e de Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); leitura inicial das teses; organização dos indicadores da materialidade e sua organização em planilhas no *Excel*. Após a organização dos dados quantitativos, transformamos cada indicador em um gráfico para ilustrar as características da produção.

Por último, analisamos as perspectivas de reformas trabalhadas nas teses, apresentadas em quadros descritivo-analíticos. Os dados quantitativos são apresentados a partir do recurso visual *Dashboard*, criado com a ferramenta gratuita *Google Data Studio*, que permite integrar as fontes de dados (no caso, extraídos do *Excel*) e gerar relatórios. Os dados foram sistematizados

foram referentes a pesquisas publicadas a partir do ano de 2000. Sobre o limite temporal, 2017, refere-se ao ano anterior ao início da seleção da amostra, o que proporcionou a seleção de uma variedade de trabalhos.

em gráficos, imagens e tabelas, de acordo com a característica da informação e a maneira mais prática de apresentá-la.

A metapesquisa: resultados e discussões

O primeiro indicador que analisamos foi a data de publicação das teses, que foram publicadas antes da criação da Plataforma Sucupira, até o ano de 2012. Todas as 31 teses foram realizadas entre 2000 e 2012, e o ano que obteve maior número de defesas sobre reformas educacionais foi 2007, com sete teses sobre os temas: “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”, “Estrutura, organização, gestão educacional” e “Formação docente”.

As teses foram realizadas em instituições localizadas majoritariamente na Região Sudeste, com destaque para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com quatro trabalhos. As informações apresentadas nas Tabelas 1, 2 e 3 a seguir apontam que não foram encontradas teses sobre o tema “reformas educacionais” vinculadas a instituições localizadas nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, pois, das 31 teses, 20 foram defendidas em instituições localizadas no Sudeste, sete foram defendidas em Programas de Pós-Graduação localizados na Região Sul e quatro na Região Nordeste.

Tabela 1 – Ano de publicação

Ano	Publicações
2007	6
2006	4
2002	4
2010	3
2008	3
2011	3
2004	2
2012	2
2005	2
2009	1
2000	1
TOTAL	31

Fonte: As autoras (2023).

Tabela 2 – Regiões do vínculo institucional dos autores

Região	Quantidade
Sudeste	20
Sul	7
Nordeste	4
Total	31

Fonte: As autoras (2023).

Tabela 3 – Vínculo institucional dos autores dos artigos

Vínculo institucional	Quantidade
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	4
Universidade Federal Fluminense (UFF)	3
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	3
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	3
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	3
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	2
Universidade Federal do Ceará (UFC)	2
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	2
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	1
Universidade de São Paulo (USP)	1

Fonte: As autoras (2023).

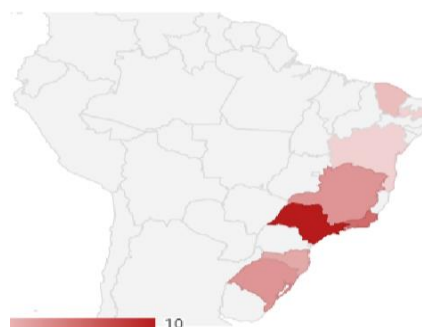
No Mapa Georreferenciado por Unidade Federativa (Figura 1), que apresentamos a seguir, estão indicados os estados em que estão localizados os Programas de Pós-Graduação em que as teses foram realizadas. Das 27 unidades federativas brasileiras, apenas oito estão representadas nesse recorte das 31 teses. Como mostra a Tabela 4, desse total, cinco foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação localizados em São Paulo, três no Rio de Janeiro, duas em Minas Gerais e duas no Rio Grande do Sul. Nos estados da Paraíba, Bahia, Ceará e Santa Catarina, foram selecionadas uma tese por unidade federativa.

Tabela 4 – Vínculo institucional

Unidade Federativa	Quantidade
São Paulo	5
Rio de Janeiro	3
Rio Grande do Sul	2
Minas Gerais	2
Paraíba	1
Bahia	1
Ceará	1
Santa Catarina	1

Fonte: As autoras (2023).

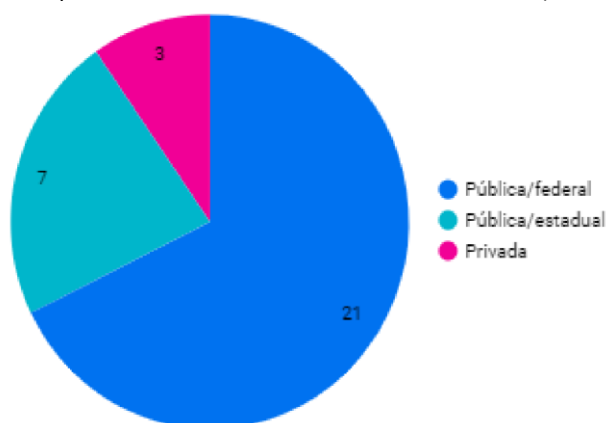
Figura 1 – Mapa por Unidade Federativa dos vínculos dos autores (teses de Doutorado)



Fonte: As autoras (2023).

Outro ponto de destaque é a manutenção dos Programas de Pós-Graduação em Educação. Classificamos a manutenção institucional dos Programas de Pós-Graduação em: Pública/Federal, Pública/Estadual e Privada. Nossos dados reafirmam a preponderância e a importância das instituições públicas na oferta de cursos de Pós-Graduação em Educação (*stricto sensu*) no Brasil. No caso do tema “reformas educacionais”, não é diferente. Das 31 teses selecionadas sobre esse tema, 28 foram defendidas em instituições públicas (21 federais e sete estaduais) e apenas duas teses foram produzidas em instituições privadas, conforme mostra o Gráfico 1.

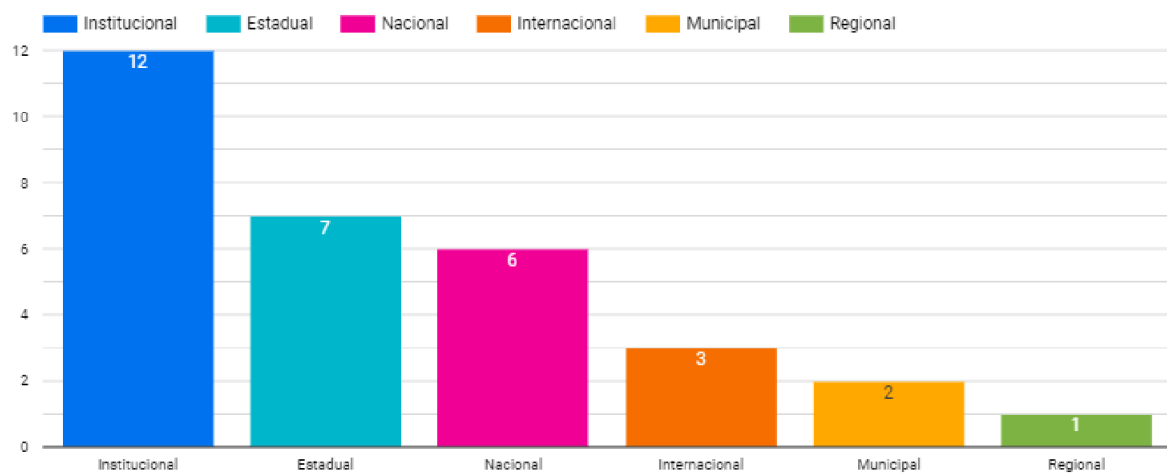
Gráfico 1 – Tipo de mantenedor institucional dos autores (teses de Doutorado)



Fonte: As autoras (2023).

O próximo tópico de análise diz respeito à dimensão e ao lócus das pesquisas sobre reformas educacionais. No Gráfico 2, representamos em qual contexto geográfico os autores optaram por realizar suas pesquisas sobre reformas educacionais.

Gráfico 2 – Abrangência das pesquisas (teses de Doutorado)



Fonte: As autoras (2023).

Nossas análises demonstram que quase metade das pesquisas (12 de 31 teses) foi sobre reformas educacionais de instituições, entre elas destacamos pesquisas que focalizaram reformas em uma determinada universidade (Arantes, 2002; Celeste Filho, 2006; Deus, 2008) ou em Institutos Federais específicos (Lima Filho, 2002; Mello, 2007). Há, também, pesquisas sobre condições de trabalho docente no Ensino Superior em uma determinada universidade (Vieira, 2011) e reforma de instituição reguladora da formação docente (Quadros, 2007). São, assim, pesquisas que se referem a casos específicos, mas que são representativas da realidade e das epistemologias de reforma em discussão e em disputa. Das 12 pesquisas de abrangência institucional, oito são do tipo empíricas, duas do tipo historiográfica, uma do tipo estudo comparado e uma do tipo documental.

Quanto à abrangência da pesquisa, em segundo lugar, aparecem sete teses que investigaram reformas educacionais de abrangência estadual, como a reforma das escolas técnicas industriais gaúchas (Burigo, 2004); o impacto das reformas educacionais para os trabalhadores docentes no estado do Acre (Damasceno, 2010); e a reforma do Ensino Médio no Ceará (Santos, 2007). Dessas sete teses, seis foram do tipo empírica e uma do tipo historiográfica.

Também muito expressivas foram as pesquisas de abrangência nacional, que investigaram a reforma educacional no contexto do território brasileiro, como foram os casos da tese sobre a reforma da educação e da saúde na década de 1990 (Figueiredo, 2006); a reforma de Estado, da educação e o papel do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (Lima, 2005); e a reforma do Ensino Médio e Técnico a partir da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Santos, 2006). Das seis pesquisas de abrangência nacional, três são do tipo documental, uma do tipo documental e bibliográfica e uma do tipo empírica.

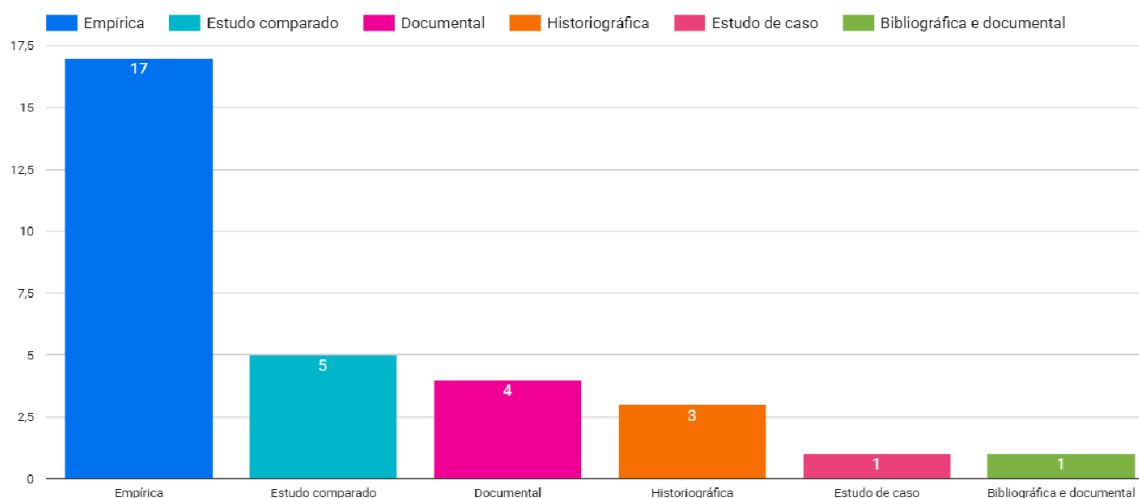
O *lócus* mais amplo de análise da reforma educacional foi o contexto internacional, que só foi abordado em três pesquisas, sobretudo aquelas que realizaram estudos comparados, como no caso da análise da reforma da Educação Superior no Brasil e na Argentina nos governos Lula e Kirchner (Berchansky, 2008); da reforma da Educação Superior no Brasil e em Portugal (Silveira, 2011); e da formação docente no contexto da reforma educacional no Brasil e na Argentina (Torriglia, 2004).

O *lócus* de análise mais descentralizado pesquisado foi o município, *lócus* de duas pesquisas: uma sobre a reconstrução das políticas municipais de educação em tempos de reforma (Nardi, 2008), do tipo empírica; e outra sobre a reforma do Ensino Fundamental em escolas de Mossoró, Rio Grande do Norte (Oliveira, 2010), também do tipo empírica. O último contexto de abrangência da pesquisa, escolhido em apenas uma tese, foi o contexto regional, em que foi feito um estudo comparado sobre as reformas da instrução pública em Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial entre 1851-1859 (Neves, 2009).

A análise da abrangência das pesquisas nos leva à percepção de que, embora não sejam classificadas pelos autores como estudos de caso, grande parte das pesquisas tiveram como objeto de estudo a reforma de/ou em uma instituição (universidade, Instituto Federal, escola). Em seguida, foram também muito recorrentes as teses sobre as reformas educacionais estadual e nacional, enquanto o contexto mais macro (internacional) teve pouca recorrência de estudos. A investigação das reformas educacionais em uma determinada região ou município foi pouco recorrente, mas teve representação com um total de três teses.

Após a análise da abrangência das pesquisas, isto é, o *lócus* e o contexto das pesquisas que investigam a reforma, passamos ao detalhamento e à discussão do tipo de pesquisa empregada em cada tese (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Tipo de pesquisa (teses de Doutorado)



Fonte: As autoras (2023).

As pesquisas do tipo “empíricas” foram classificadas como aquelas que adotaram, no mínimo, dois procedimentos distintos de produção de dados, possuindo um deles a interlocução com sujeitos (questionários, entrevistas, depoimentos, observação, observação participante). Das 31 teses, 17 realizaram pesquisas do tipo “empíricas”, e os principais procedimentos metodológicos utilizados nesse tipo de pesquisa foram: análise documental, entrevistas, observação, questionários, estudo bibliográfico, *survey* descritivo, observação participante, dados estatísticos e análise de fontes secundárias, segundo apresentação metodológica dos autores.

O segundo tipo de pesquisa mais recorrente foi o estudo comparado que, na maioria das teses, se refere à comparação entre reformas desenvolvidas em dois países, sendo o Brasil um deles. As cinco pesquisas do tipo estudo comparado utilizaram os seguintes procedimentos metodológicos: análise documental, entrevistas e pesquisa bibliográfica.

No decorrer das análises das pesquisas sobre reformas educacionais, percebemos que, embora o objeto de estudo seja o mesmo (a reforma educacional), ele não estava sendo analisado sempre no mesmo período histórico. Essa observação confirma a análise de Brooke (2012) de que a reforma educacional, pela sua característica semântica forte, tem a potencialidade de ser abrigada em muitas realidades e épocas diferentes. Diante disso, surgiu a necessidade de categorizar em quais contextos se desenvolveram as reformas investigadas, de modo a compreender os interesses de pesquisa dos autores e situar suas pesquisas

historicamente. Mapeamos diferentes contextos de desenvolvimento das reformas educacionais, datando o mais antigo deles da década de 1850. Todavia, haja vista a regulação neoliberal da educação operada pelas reformas desde os anos de 1990, as teses de Doutorado pesquisaram reformas educacionais desenvolvidas, majoritariamente, nas décadas de 1990 e de 2000 tendo em vista os seus efeitos para a garantia do direito à educação, conforme destaca a Tabela 5.

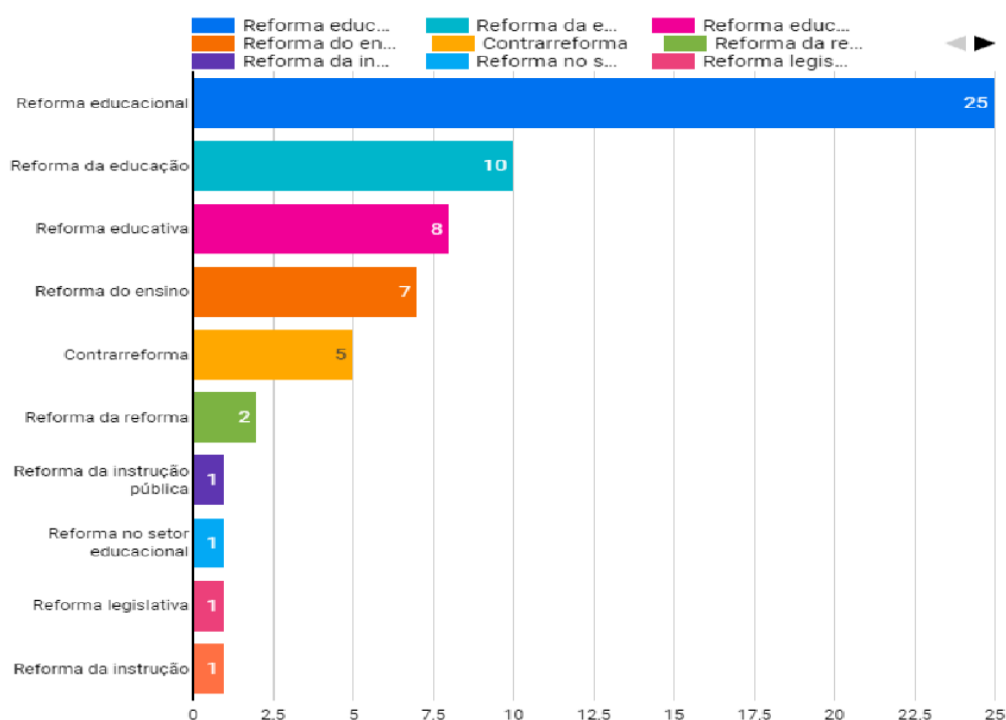
Tabela 5 – Contexto de análise das reformas

Contexto de análise da reforma	Quantidade
Década de 1990	10
Década de 2000	5
Décadas de 1990 e 2000	4
Décadas de 1990, 2000 e 2010	3
Década de 1960	1
Século XXI	1
Década de 1940 a 1970	1
Final do Século XIX à década de 1930	1
Década de 1990 e década de 2000	1
Década de 2010	1
Décadas de 1960 e 1970	1
Década de 1850	1
Década de 1980 a 2000	1

Fonte: As autoras (2023).

Há diversas formas de nomear a reforma na educação. Reforma educacional (Popkewitz, 1997), Reforma do ensino (Popkewitz, 1997), Reformas escolares (Barroso, 2011), Reforma da educação (Brooke, 2012) são alguns dos termos mais comuns. Na leitura das teses, categorizamos esses termos e denominamos “nomenclaturas da reforma”. No Gráfico 4 que segue, representamos as dez “nomenclaturas” mais recorrentes nas teses. E a Tabela 6 apresenta que, em 25 das 31 teses, apareceu o termo “Reforma educacional”; em segundo lugar, o termo “Reforma da educação”, que apareceu em dez das 31 teses. “Reforma educativa” apareceu em oito teses, e “Reforma do ensino” apareceu em sete teses.

Gráfico 4 – Nomenclaturas/termos utilizados para denominar a reforma (teses de Doutorado)



Fonte: As autoras (2023).

Tabela 6 – Nomenclaturas de reforma da educação

Nomenclaturas	Quantidade
Reforma educacional	25
Reforma da educação	10
Reforma educativa	8
Reforma do ensino	7
Contrarreforma	5
Reforma da reforma	2
Reforma passiva	1
Reformismo pelo alto	1
Contrarreformas neoliberais	1
Reforma do/no setor da educação	1
Reforma do curso	1
Revolução passiva	1
Reforma da instrução pública	1
Reformas nas políticas educacionais	1
Reforma no sistema educacional	1
Reformas do alto	1
Revolução-Restauração	1
Restauração progressiva	1
Contrarrevolução	1
Falácia de reforma	1

Nomenclaturas	Quantidade
Reforma no setor educacional	1
Reforma legislativa	1
Reforma da instrução	1

Fonte: As autoras (2023).

Chamamos atenção para a noção de “contrarreforma”, que indica um movimento oposto à reforma, e que foi citada em cinco das 31 teses. “Contrarreforma” geralmente é um termo no qual está implícita uma noção de reforma como progresso e melhoria social. E quando o oposto ocorre, como o aumento da desigualdade social e retirada de direitos da classe trabalhadora, é utilizado o termo “contrarreforma”. Essa nomenclatura foi utilizada em teses nas quais identificamos as seguintes perspectivas epistemológicas e temáticas: Neomarxismo (temas “Ensino superior” e “Estrutura, organização, gestão educacional”); Pós-estruturalismo (tema “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”) e Marxismo (tema “Estrutura, organização, gestão educacional”).

Um termo de significado próximo ao de contrarreforma é “Reforma da reforma”, citado em duas das 31 teses. Essa “nomenclatura” de reforma traz consigo um sentido de mudança/transformação da reforma em análise. A reforma também foi chamada de “Reforma da instrução pública”, “Reforma no setor educacional”, “Reforma legislativa” e “Reforma da instrução”. Essas foram as dez nomenclaturas mais recorrentes nas teses.

Contudo, chamamos atenção para termos originais como “Reforma passiva”, “Falácia de reforma”, “Reformismo pelo alto”, entre outros, que dizem respeito às características de determinadas reformas de acordo com as análises dos autores. Detalhamos, a seguir, as perspectivas epistemológicas escolhidas por esses autores que utilizaram termos “originais” para nomear a reforma.

“Reforma da reforma” (teorização combinada e pós-estruturalismo); “contrarreforma” (neomarxismo, teorização combinada e perspectiva marxista); “Reforma passiva” (neomarxismo); “Falácia de reforma” (neomarxismo); “Reformismo pelo alto” (neomarxismo); “Reformas do alto” (neomarxismo); “Contrarreformas neoliberais” (marxismo); “Restauração progressiva” (neomarxismo); “Revolução passiva” (neomarxismo); “Reforma passiva” (neomarxismo); “Revolução-restauração” (neomarxismo); e “Contrarrevolução” (neomarxismo).

A relação entre a maneira de nomear a reforma e a perspectiva epistemológica empregada nas teses foi realizada por nós, de modo que a interlocução com referenciais teóricos identificados com tais tendências foi o que marcou essa classificação epistemológica. Esse diálogo entre perspectivas epistemológicas e nomenclaturas de reforma nos leva à percepção de que todas as teses sobre reforma educacional no campo da Política Educacional – de acordo com nossa amostra – partem de uma epistemologia crítica da educação, embora com referenciais de matrizes variadas (marxismo, neomarxismo, pós-estruturalismo e combinação de perspectivas).

Nas teses em que a reforma é “contestada”, chamada de passiva, de falácia, interpretada como uma política vinda do “alto” e associada ao neoliberalismo, são, majoritariamente, de perspectiva marxista ou neomarxista. Nessa perspectiva, observamos que existe nesses conceitos de contestação (contra) a noção de reforma como política que deveria visar o progresso social e, sucessivamente, uma revolução que alteraria as estruturas sociais em benefício da classe trabalhadora. Quando a reforma em seu discurso e prática não tem esse pressuposto de evolução/progresso, ela é considerada passiva, contrarreforma, uma falácia e até mesmo precisa ser reformada para alcançar seu objetivo inicial (reforma da reforma).

Outro aspecto fundamental na metapesquisa é a tematização dos trabalhos, pois pode levar à compreensão do comportamento histórico e político da produção das teses e dos artigos, as epistemologias de reformas, os temas de interesse dos pesquisadores do campo da Política Educacional e as possíveis tendências (rupturas e continuidades) assumidas a partir da escolha desses assuntos, de modo que essas tendências podem revelar perspectivas epistemológicas e políticas novas ou tradicionais.

O primeiro passo para analisar a tematização foi a leitura das teses e a identificação do objeto de pesquisa de cada trabalho para compreender o que estava sendo “reformado”. A primeira tentativa de agrupamento foi pela etapa do ensino. Realizamos aproximações entre teses que discutiam reformas na/da mesma etapa de ensino, embora com abrangências distintas: macro (internacional, nacional) e micro (municipal, regional, institucional).

Por exemplo, uma tese sobre a reforma de cursos de graduação em determinada universidade (abrangência institucional) e uma tese sobre reforma do Ensino Superior em dois países (abrangência internacional), ambas foram classificadas no tema “Ensino Superior”. Com essa classificação, alcançamos as seguintes categorias: Ensino Fundamental, Ensino Médio e/ou

Educação Profissional e Ensino Superior, além de uma tese que discutiu a reforma em toda a Educação Básica.

Em seguida, observamos que essa classificação não atendia a todas as teses, pois parte dos trabalhos não focou em um nível ou etapa de ensino, mas abordou a reforma de maneira mais abrangente. Diante disso, fizemos outro procedimento de classificação para alcançar teses com temáticas que são, simultaneamente, mais específicas e mais gerais, pois investigaram a reforma sem especificar em qual etapa da educação. Entre esses temas, identificamos: “trabalho docente”, “formação docente”, “estrutura, organização, gestão educacional” e “instrução/ensino”.

Os temas mais recorrentes foram “reforma no Ensino Superior” e “reforma no Ensino Médio e/ou Educação Profissional”, com oito teses cada um. Das oito teses com o tema “Ensino Superior”, três tratam da subtemática currículo no Ensino Superior, ou seja, reforma curricular nos cursos de graduação. Os anos de 2008 e 2012 foram os com maior quantidade de teses defendidas sobre o tema “reforma no Ensino Superior”.

Das oito teses com o tema “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”, quatro pesquisaram apenas a reforma da Educação Profissional, enquanto em duas teses a ênfase foi apenas na reforma do Ensino Médio. Nas outras duas teses, foram estudos que articularam a reforma do Ensino Médio e a reforma profissional. As teses que investigaram reformas no Ensino Fundamental e na Educação Básica foram as menos recorrentes, com apenas um resultado cada. As teses sobre reforma da instrução/ensino de maneira generalizada – sem especificar a etapa da educação – ocorreram duas vezes.

Quanto ao indicador temporalidade (ano de publicação), conforme ilustra a Tabela 1, 2007 foi o ano em que ocorreram mais defesas de teses de Doutorado sobre reformas educacionais, sendo em maior número focado no Ensino Médio e Educação Profissional. Se considerarmos que a duração de um curso de doutoramento é, em média, de quatro anos, as pesquisas concluídas em 2007 tiveram início entre 2002 e 2004. Nesse contexto, destacamos o debate ocorrido no campo da Política Educacional sobre o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, de larga contestação por grande parte da academia brasileira, e o lançamento de um novo, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regularam a oferta do Ensino Médio e da Educação Profissional no país (Brasil, 1997, 2004).

A nossa amostra também identificou teses que estudaram os mecanismos de gestão, administração e regulação como parte da reforma educacional. A Tabela 7 retrata as pesquisas que investigaram a Reforma do Aparelho do Estado desenvolvidas na década de 1990 e os seus reflexos na educação, como a descentralização das políticas e a incorporação de princípios empresariais na administração pública. Outro assunto muito abrangente, que não foi classificado em nenhuma etapa de ensino, foi a profissão docente, que dividimos em dois temas: trabalho docente (sobre as condições, precarização e intensificação) e formação docente.

Tabela 7 – Tematização/temporalidade/quantidade de teses de Doutorado

Tematização	2000	2002	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Tema/ total
Educação Básica					1							1
Ensino Fundamental									1			1
Ensino Médio e/ou Educação Profissional		1	1	1	1	4						8
Ensino Superior	1	1			1		2			1	2	8
Estrutura, organização, gestão educacional		1		1		2	1		1			6
Formação docente		1	1			1						3
Instrução/ensino								1		1		2
Trabalho docente									1	1		2
Total/Ano	1	4	2	2	3	7	3	1	3	3	2	31

Fonte: As autoras (2023).

Ao discutirmos sobre os aspectos teórico-metodológicos de nossa metapesquisa, evidenciamos que as perspectivas epistemológicas das teses de Doutorado tiveram como referências os autores clássicos mais citados em cada tese, conforme evidenciaremos a seguir. Vale ressaltarmos que, em grande parte das teses de Doutorado, a perspectiva epistemológica não está explícita ou nomeada pelos autores. Assim sendo, essa identificação ocorreu a partir das referências principais de cada tese. Por exemplo, as teses que utilizaram grande quantidade de referências a Gramsci foram classificadas como neomarxistas (12 teses). Enquanto as teses inspiradas principalmente nas obras de Marx e de Marx e Engels foram classificadas como marxistas (quatro teses).

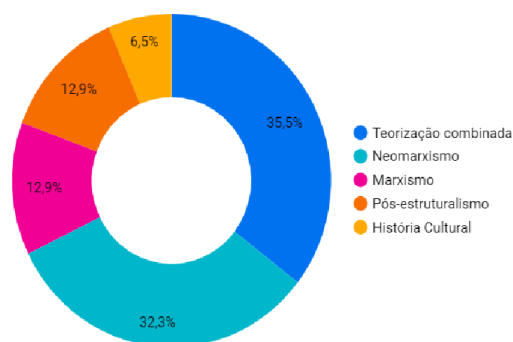
Michel Foucault, Jacques Derrida, Stephen Ball, Thomas Popkewitz, Boaventura de Sousa Santos, Edgar Morin, Zygmunt Bauman, Gilles Deleuze e Félix Guattari foram referências associadas por nós ao pós-estruturalismo. As referências a esses autores foram centrais em quatro das 31 teses, embora essas pesquisas não tenham assumido o referencial pós-estruturalista, o que ocorreu de modo semelhante com as teses cujos referenciais marxistas e neomarxistas foram predominantes e a perspectiva não foi explicitada em grande parte das teses. Chamamos atenção para a presença da perspectiva da História Cultural, assumida em duas teses, ambas pesquisas do tipo historiográfica (Roger Chartier e Jacques Le Goff estão entre as principais referências utilizadas pelos autores que assumiram essa perspectiva).

Por último, destacamos a grande tendência à convergência entre diferentes perspectivas teórico-metodológicas em uma mesma pesquisa, de modo favorável às análises, o que Mainardes e Tello (2016) denominam de “teorização combinada”. Dentre essas teorias combinadas, sublinhamos as referências aos pensadores como Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, Paulo Freire, Roger Chartier e Nibert Elias, além de autores mais citados, conforme poderemos visualizar mais adiante no Gráfico 6.

Das 31 teses, 11 realizaram uma pesquisa com referenciais distintos entre si. Essas teses investigaram as seguintes temáticas: “Ensino Superior”, “Estrutura, organização, gestão educacional”, “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”, “Formação docente”, “Trabalho docente”, “Educação Básica” e “Instrução/ensino”. O Gráfico 5 aponta para as perspectivas epistemológicas mais utilizadas nas teses, ainda que não de modo explícito.

Gráfico 5 – Perspectiva epistemológica (teses de Doutorado)

Perspectiva epistemológica	Valor
1. Teorização combinada	11
2. Neomarxismo	10
3. Marxismo	4
4. Pós-estruturalismo	4
5. História Cultural	2



Fonte: As autoras (2023).

De acordo com a nossa classificação com base nos principais autores utilizados nas teses, o neomarxismo foi a segunda perspectiva epistemológica mais adotada. Os temas pesquisados a partir dessa teoria foram: “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”, “Ensino Superior”, “Estrutura, organização, gestão educacional”, “Ensino Fundamental” e “Trabalho docente”.

Já as pesquisas de orientação marxista foram sobre o “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”, “Estrutura, organização, gestão educacional” e “Formação docente”. Assim como nas pesquisas referenciadas na perspectiva marxista, identificamos também os referenciais pós-estruturalistas em quatro teses, sendo elas sobre: “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”, “Formação docente” e “Ensino Superior”.

As duas teses referenciadas na História Cultural pesquisaram reforma do Ensino Superior e da instrução/ensino. A relação entre tema e perspectiva epistemológica confirma a tradição no uso das perspectivas marxista e neomarxista para a análise de temas que envolvem a relação trabalho e educação, como Ensino Superior, Ensino Médio e/ou Educação Profissional, trabalho docente e formação docente.

Entretanto, a utilização dos referenciais pós-estruturalistas para estudo desses temas – embora com menor recorrência – demonstra diferentes possibilidades de analisar um mesmo fenômeno, além do “tradicional” método histórico-dialético de inspiração marxista. A análise das perspectivas epistemológicas mais recorrentes nas pesquisas sobre reformas educacionais requer também uma articulação com os autores de referência mais utilizados nas teses, pois essas referências carregam consigo importantes ideias e conceitos que caracterizam as formas de interpretação das reformas educacionais.

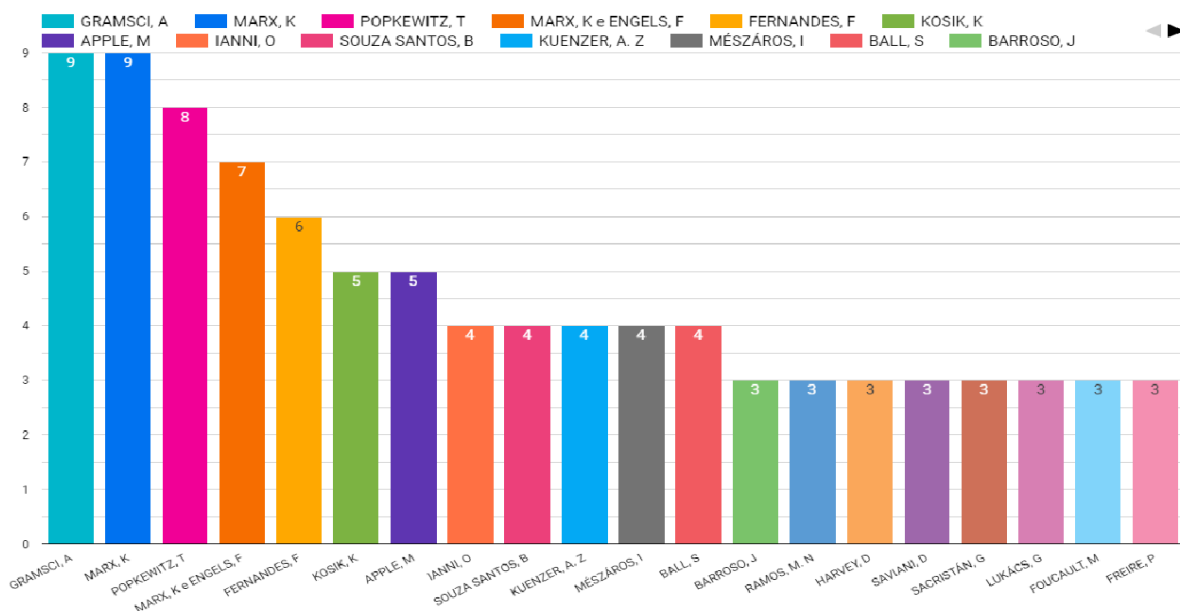
Importa detalharmos um pouco mais a categoria “autores de referência” selecionada e organizada nesta pesquisa a partir do critério da presença de, pelo menos, três citações de um mesmo autor ao longo de um texto. Por meio da recorrência de autorias, as teses foram identificadas a partir das perspectivas epistemológicas citadas anteriormente. Os dois autores mais referenciados nas teses pesquisadas foram Antonio Gramsci e Karl Marx, sendo cada um presente em nove teses.

Thomas Popkewitz, nossa principal referência para a compreensão da epistemologia de reforma educacional, foi muito referenciado na nossa amostra, com citações recorrentes em oito das 31 teses publicadas nos anos: 2000 (uma tese); 2002 (três teses); 2007 (uma tese); 2009 (uma tese); e 2010 (duas teses).

A preponderância e o cruzamento entre referências às obras de Antônio Gramsci, Karl Marx, Karl Marx e Friedrich Engels, Karel Kosik e Octavio Ianni está diretamente relacionada à grande recorrência de teses que utilizaram as perspectivas epistemológicas marxista e neomarxista, totalizando 14 das 31 teses; assim, quase metade das teses utilizaram uma dessas duas perspectivas para a investigação e a compreensão do fenômeno da reforma educacional. Os autores supracitados não foram apenas referenciados nas teses com sustentação teórico-metodológica marxista ou neomarxista. Contudo, foram citados em outros trabalhos sendo relacionados a autorias de perspectivas diversas e, por isso, entendemos como uma teorização combinada.

Octavio Ianni, Boaventura de Souza Santos e Acácia Zeneida Kuenzer completam a lista dos dez autores mais citados com referências em quatro teses cada um. Também referenciados em quatro das 31 teses foram István Mészáros e Stephen Ball. No Gráfico 6, é possível visualizar as 20 autorias que foram mais frequentes para fundamentar as análises das reformas educacionais nas teses.

Gráfico 6 – Autores referência (teses de Doutorado)

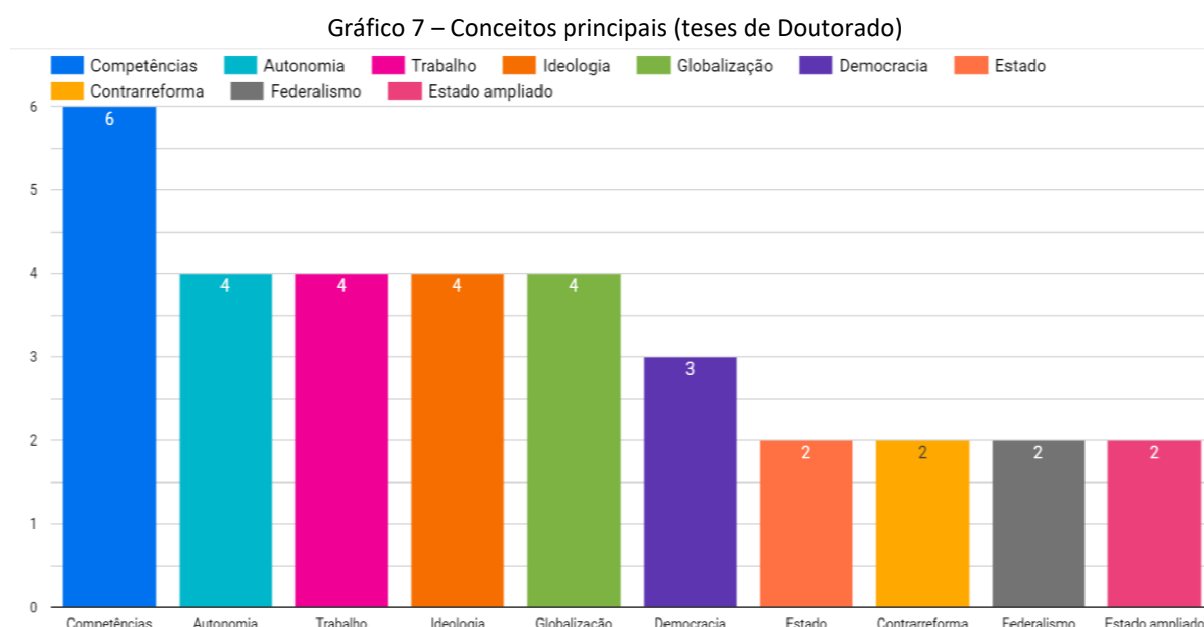


Fonte: As autoras (2023).

O último indicador referenciado na metapesquisa aqui desenvolvida com foco nas teses de Doutorado em Educação é “conceitos principais”. O mapeamento dos conceitos mais

recorrentes nas pesquisas está diretamente relacionado às perspectivas epistemológicas e aos temas de expressividade nesses estudos.

De acordo com o Gráfico 7, o conceito mais discutido nas teses foi o de “competências”, problematizado em seis das 31 teses, a partir dos seguintes temas e perspectivas epistemológicas: “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” (neomarxismo); “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” (teorização combinada); “Estrutura, organização, gestão educacional” (neomarxismo); “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” (pós-estruturalismo); “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” (pós-estruturalismo); e “Formação docente” (teorização combinada).



Fonte: As autoras (2023).

Outro destaque conceitual é para “autonomia” encontrado em quatro teses. Se acrescentarmos o conceito de “autonomia relativa”, apresentado em uma tese, teremos cinco pesquisas em que esse conceito esteve presente em quatro teses em articulação com o neomarxismo e, uma tese, a partir da teorização combinada (conceito de autonomia relativa).

O conceito de trabalho, recorrente em quatro teses, foi discutido à luz das perspectivas marxista, neomarxista e pós-estruturalista. Ademais, destacamos categorias variantes do conceito de trabalho que são intensificação do trabalho docente, trabalho precarizado, trabalhabilidade e precarização do trabalho. Quanto ao conceito de ideologia – também

empregado em quatro teses –, o referencial predominante foi o neomarxista. Por último, o conceito de globalização foi discutido com base, majoritariamente, em teorização combinada e no referencial pós-estruturalista. A multirreferencialidade para a discussão do tema globalização demonstra a complexidade e a profundidade que esse termo alcança.

Com menos referências, porém bastante importantes para o debate sobre a reforma educacional, foram os conceitos de democracia, Estado, contrarreforma, federalismo e Estado ampliado, termos que, em conjunto, pressupõem uma noção progressista da mudança e, conseqüentemente, da reforma em análise.

Qualidade, regulação, flexibilização, participação, hegemonia, subjetividade, público, privado, modernidade, currículo, *accountability*, governança, sociabilidade, ontologia, campo acadêmico, biopolítica, biopoder, cultura (cultura política, cultura escolar e cultura material), mundialização, racionalidade (técnica e prática), empregabilidade, controle social, ação pública, representação social, complexidade, clientela, multirreferencialidade, lógica, práxis estabelecida, avaliação, capitalismo associado e dependente, imperialismo (novo imperialismo, império *light*, imperialismo coletivo) e desregulamentação foram alguns dos vários e principais conceitos que contribuíram para a discussão da reforma educacional nas teses.

Considerações finais

O trabalho de metapesquisa realizado, neste texto, acerca dos estudos de reforma educacional produzidos nas teses de Doutorado no período 2000-2017, confirma o que a literatura do campo da Política Educacional vem demonstrando sobre a validade desse tipo de pesquisa e sua relevante contribuição para compreender como as pesquisas são realizadas e as distintas interpretações que um mesmo fenômeno educativo pode assumir a depender das escolhas epistemológicas dos autores. Os dados aqui apresentados revelam um quadro difuso dos estudos sobre reforma educacional e tendem a contribuir “[...] para a avaliação e a melhoria dos métodos e das práticas de pesquisa” (Mainardes, 2021, p. 21).

A nossa amostra revelou que uma diversidade de conceitos expressa a complexidade do tema reforma educacional e a necessária articulação entre educação, economia, política, história e demais áreas do saber para um aprofundado estudo teórico e empírico sobre esse fenômeno. A multiplicidade de perspectivas epistemológicas e de conceitos empregados demonstra a

riqueza desse objeto de estudo, mas não nos deixa escapar a centralidade que a relação trabalho e educação possui na discussão da reforma educacional, o que revela também o domínio da perspectiva epistemológica marxista e neomarxista nos trabalhos pesquisados. Portanto, embora haja predominância desses referenciais, a complexidade da reforma demanda dos pesquisadores do campo da Política Educacional uma interpretação com base em múltiplas matrizes epistemológicas para qualificar a investigação e a compreensão do tema, culminando em uma teorização combinada ou pluralismo metodológico (Mainardes, 2021).

Referências

- ARANTES, E. M. *A reengenharia do ensino das engenharias: da construção do discurso oficial à construção de reformas curriculares*. 2002. 321 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- BARROSO, J. Verbete “Reformas escolares”. In: VAN ZANTEN, A. *Dicionário de educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 685-688.
- BASTOS, R. F. *Reforma educacional nas pesquisas do campo da Política Educacional no Brasil (200-2017)*. 2021. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.
- BERCHANSKY, J. C. *Século XXI: novo imperialismo e educação. Brasil-Argentina nos governos Lula e Kirchner. Educação superior e a reforma da reforma*. 2008. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J.-C. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 274, p. 7760-7761, 18 abr. 1997.
- BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 142, p. 18, 26 jul. 2004.
- BROOKE, N (org.). *Marcos históricos na reforma da educação*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BURIGO, E. Z. *A reforma do ensino técnico segundo os professores: adaptações e resistências em duas escolas técnicas industriais gaúchas*. 2004. 553 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CELESTE FILHO, M. *A Reforma Universitária e a Universidade de São Paulo – década de 1960*. 2006. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

DAMASCENO, E. A. *O trabalho docente no movimento de reformas educacionais no estado do Acre*. 2010. 351 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

DEUS, M. A. P. de. *Reforma da educação superior e gestão nas universidades federais: o planejamento institucional na Universidade Federal de Viçosa/MG*. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FIGUEIREDO, I. M. Z. *Desenvolvimento, globalização e políticas sociais: um exame das determinações contextuais dos projetos de reforma da educação e da saúde brasileiras da última década*. 2006. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LIMA, K. R. R. *A reforma do Estado e da Educação no Governo Fernando Henrique Cardoso: o ENEM como mecanismo de consolidação da reforma*. 2005. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LIMA FILHO, D. L. *A reforma da educação profissional nos anos 90*. 2002. 404 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MAINARDES, J. A metapesquisa no campo da política educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos. In: MAINARDES, J. (org.). *Metapesquisa no campo da política educacional*. Curitiba: CRV, 2021. p. 19-43.

MAINARDES, J.; TELLO, C. A pesquisa no campo da política educacional: explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. *Education Policy Analysis Archives*, [s. l.], v. 24, n. 75, p. 1-17, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.24.2331>

MELLO, S. P. T. de. *Competências requeridas – competências adquiridas o curso superior de tecnologia em sistemas de telecomunicações do centro federal de educação tecnológica Pelotas – RS no contexto das mudanças advindas da reforma da educação profissional*. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NARDI, E. L. *A (re)construção das políticas municipais de educação em tempos de reforma do estado: um novo horizonte para a descentralização?*. 2008. 323 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

NEVES, D. S. S. *Razões de Estado: as reformas da instrução pública em Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial (1851-1859)*. 2009. 658 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, F. de F. A. *A reforma do ensino fundamental - o que mudou na escola? Um estudo sobre a implantação de políticas educacionais em Mossoró, RN (1996-2008)*. 2010. 259 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

POPKEWITZ, T. *Reforma educacional: uma política sociológica: Poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, C. de. *Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul*. 2007. 428 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, J. A. dos. *As bases da reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional de nível técnico: as tramas das forças políticas no Congresso Nacional na tramitação da LDB*. 2006. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SANTOS, J. M. C. T. *Ensino médio no interior cearense sob os impactos da reforma: entre o discurso oficial do novo mundo do trabalho e as apropriações/resistências pela escola (1995 – 2005)*. 2007. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

SILVEIRA, Z. S. da. *Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades e rupturas (1995-2010) – Estudo comparado Brasil e Portugal*. 2011. 439 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10i1.0007>

TORRIGLIA, P. L. *Formação docente no contexto histórico-político das reformas educacionais no Brasil e na Argentina*. 2004. 361 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VIEIRA, E. P. *As condições de trabalho docente no ensino superior público no contexto das reformas educacionais brasileiras*. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

Submissão: 04.12.2023.

Aprovação: 08.05.2024.